



AS POLÍTICAS SOCIAIS E SUA EFETIVAÇÃO: Uma análise sobre a favela de Rio das Pedras.

Yanka Martins Pereira¹

RESUMO

O presente trabalho se constitui enquanto parte da sistematização de debates suscitados academicamente através da disciplina Política Social, Direitos e Serviço Social e aprofundado no laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais do Departamento de Serviço Social da PUC-Rio. Possui como referencial de análise a teoria social crítica marxista. O estudo, de caráter bibliográfico, busca refletir sobre o processo de construção da cidade capitalista, o surgimento das favelas e no cenário de aprofundamento das desigualdades, a favela de Rio das Pedras, localizada na zona oeste da cidade do Rio de Janeiro, se constitui enquanto objeto de análise deste estudo, que busca refletir sobre sua construção e o desenvolvimento de políticas sociais - dando ênfase na política de habitação- implementadas ao longo do processo de consolidação deste território.

Palavras-chave: Política Social. Questão urbana. Direito à cidade.

ABSTRACT

The present work is part of the systematization of debates raised academically through the Social Politics, Rights and Social Service discipline and deepened in the Urban and Socioenvironmental Studies laboratory of the Social Service Department at PUC-Rio. Its analytical framework is the Marxist critical social theory. The bibliographical study seeks to reflect on the process of construction of the capitalist city, the emergence of slums and in the scenario of deepening inequalities, the favela of Rio das Pedras, located in the west side of the city of Rio de Janeiro, is constituted as object of analysis of this study, which seeks to reflect on its construction and development of social policies - with an emphasis on housing policy - implemented throughout the consolidation process of this territory.

Keywords: Social Politics. Urban Question. Right to the city.

¹ Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro; assistente Social, especialista em Serviço Social e Saúde (UERJ), mestrande no Programa de Pós Graduação em Serviço Social (PUC-Rio) e bolsista CAPES; yanka.martins@hotmail.com.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
INTEGRADO E DOUTORADO

APOIO





1 INTRODUÇÃO

O presente trabalho se constitui enquanto fruto de reflexões levantadas academicamente através da disciplina Política Social, Direitos e Serviço Social do Programa de Pós Graduação em Serviço Social e aprofundadas no Laboratório de Estudos Urbanos e Socioambientais (LEUS) do departamento de Serviço Social da PUC-Rio.

Apesar de décadas de consolidação dos grandes centros urbanos, historicamente as cidades capitalistas se estruturam de forma desigual, onde, pautados pela lógica de lucro, o acesso à moradia e aos serviços (saneamento básico, energia, transporte, saúde) são associados ao nível de renda populacional. Neste sentido, as cidades se constituem como o espaço em que se evidencia as mais diversas expressões deste sistema.

Abordaremos nesta produção reflexões teóricas acerca da construção das cidades e como se decorrem sua estruturação, a partir disso, problematizamos a contribuição das políticas de habitação nesse espaço. Neste sentido, damos ênfase na análise da cidade do Rio de Janeiro e na construção da favela de Rio das Pedras, localizada na zona oeste da cidade e que desde o seu nascedouro na década de 1960, se depara, com um cenário de insuficiência de políticas sociais, fato que rebate no cotidiano e vivência da população neste território e que se aprofunda frente ao cenário político e econômico de extrema ressecação.

Neste sentido, o presente artigo se encontra estruturado em duas seções: a primeira busca suscitar reflexões acerca do contexto das políticas sociais no Brasil e ao surgimento das cidades e como se decorrem sua estruturação, a partir disso problematizamos a contribuição das políticas de habitação nesses espaços e a contribuição para o processo de favelização.

Na segunda seção, a análise é centrada na construção da favela de Rio das Pedras, favela carioca, localizada na Zona Oeste da cidade. Originada no final da década de 1960, majoritariamente da ocupação de migrantes nordestinos, em busca de melhores condições de vida. Desde o seu nascedouro, se depara, com um cenário de insuficiência de políticas sociais, em especial de habitação, fato que rebate no



cotidiano e vivência da população neste território e que se aprofunda frente ao cenário político e econômico de extrema recessão.

Nossa proposta se constitui em suscitar o presente debate, além disso objetivasse contribuir para a análise acerca das formas em que se estruturam as cidades capitalistas, em contraponto a ideia de produção de mais valia reforçamos esse espaço como local de luta e sobrevivência da classe trabalhadora.

2 REFLEXÕES SOBRE A POLÍTICA SOCIAL, A QUESTÃO HABITACIONAL E O PROCESSO DE FAVELIZAÇÃO.

Ao longo das décadas através do desenvolvimento e mundialização do capital distintas foram as formas de intervenção Estatal por meio das políticas sociais pelo mundo. Autores apontam, que estas, surgem a partir da reivindicação da classe trabalhadora por melhores condições de vida e trabalho, mas também se origina da demanda das elites pela manutenção de seus privilégios.

De acordo com Behring (2009, p 315-316), as políticas sociais se constituem enquanto concessões/conquistas, que dependem da correlação de forças na luta política entre os interesses das classes sociais envolvidas.

No contexto brasileiro, historicamente, o estabelecimento das políticas sociais se desenvolve em ritmo distinto conforme desenvolvido em países centrais. Decorrente da formação histórica, no Brasil não se teve uma clássica revolução industrial, mas sua história se constitui com bases na colônia escravista, que reflete na herança política, cultural e econômica do país até os dias atuais, de desigualdades e forte concentração de renda e poder.

Apesar de não se constituir por meio de uma clássica revolução industrial, historicamente, a conformação das cidades é fortemente influenciada pelo processo de industrialização dos países, no contexto brasileiro, o processo de industrialização influenciou na construção dos grandes centros urbanos, a exemplo, Rio de Janeiro e



São Paulo. Este processo contribuiu para um fluxo migratório, em especial da população que vivia em áreas mais rurais do país, motivadas especialmente pela busca de oportunidades e melhores condições de vida e trabalho na “cidade grande”.

De acordo com Maricato (2003, p.152), as mudanças políticas ocorridas na década de 1930, a exemplo da regulação do trabalho urbano, incentivo à industrialização, construção da infraestrutura industrial, reforçaram o movimento migratório campo-cidade².

Harvey (2014) analisa que há uma ligação íntima entre o capitalismo e o processo de urbanização, visto que, o capitalismo fundamenta-se na produção de mais valia, nesse sentido, o capitalismo necessita da urbanização para absorver o excedente da produção que nunca para de produzir. Neste cenário, os espaços urbanos se constituem essencialmente para potencializar a acumulação do capital.

A cidade constituiu-se, então, como um lugar importante para a materialização do capital e decisivo para as metamorfoses necessárias à consolidação e expansão do sistema capitalista; como também se tornou o lugar onde a habitação se transformava em uma mercadoria produzida sob as relações capitalistas e, portanto, destinada ao lucro. (PINTO, 2004, p. 94)

Embora os migrantes tenham contribuído efetivamente para o crescimento, desenvolvimento e no processo de urbanização das cidades, além do papel fundamental na acumulação capitalista burguesa mediante o uso da força de trabalho nas indústrias e construções urbanas, no que compete as suas condições habitacionais, se deparavam com formas de moradia urbana precarizadas e que não atendiam às demandas populacionais da classe trabalhadora.

Esse processo de industrialização e urbanização gera um deslocamento das camadas populares para a periferia, seja por ação autoritária e repressiva oficial do Estado, seja por medida de sobrevivência, devido à impossibilidade de se viver nos grandes centros. Isso agravado pelo crescimento demográfico das cidades e pela política de valorização da terra urbana. O processo de urbanização ocorre com o crivo da segregação social, imprimindo à cidade a marca da divisão de classes. (PINTO, 2004, p. 107)

Neste contexto de crescimento populacional, estimulado pela dificuldade de acesso habitacional e reordenamento urbano, o processo de favelização é evidenciado nos grandes centros urbanos. A população mais pauperizada, constituída

² A década de 1950 é considerada o auge da onda migratória em direção ao Rio de Janeiro, fato potencializado pela ocorrência de grandes secas no Nordeste nesse período.



por desempregados, trabalhadores operários sem renda familiar suficiente e desassistidos pelo Estado, encontraram nesses espaços lugar de moradia nas cidades, entretanto, a questão habitacional não era tida nesse período enquanto direito, nesse sentido, a ocupação desses espaços se constitui como forma de resistência, enfrentando cotidianamente dificuldade de acesso a serviços básicos, constantemente se deparavam com políticas de remoção e higienistas. Apesar dos entraves e dificuldades, as favelas constituem enquanto importante estratégia de acesso e permanência à cidade até os dias atuais.

Nas cidades, o lugar dos migrantes da vida urbana é prioritariamente as favelas e a periferia, locais em que se criam os redutos habitacionais da pobreza urbana e que até a década de 1960 eram tidos como problemática a ser erradicada. (PINTO, 2004, p.107)

Segundo o CFESS (2016) as cidades são arenas da luta de classe, onde trabalhadores e trabalhadoras estarão para manifestar e apresentar suas reivindicações. Lefebvre (2008) afirma a dinâmica de produção social do espaço é também condição de reprodução ampliada das relações de produção capitalistas. Uma vez produzido pelas relações sociais, o espaço também atua como condição de possibilidade ou limite de “reprodução” dessas relações.

O espaço como produto da atividade humana e da relação homem-natureza faz parte do processo de reprodução geral da sociedade e , tendo sua produção assentada nas necessidades impostas pelo desenvolvimento da acumulação capitalista, é também mercantilizado, tal como a terra, a cidade e a própria moradia seja ela urbana ou rural que passam a ser concebidas como mercadorias necessárias à viabilização da produção, da circulação, distribuição e troca, condição para a realização do ciclo de acumulação do capital (BARROS, GUIMARÃES, 2019.p.105)

Ao longo das décadas, além da evidente dificuldade habitacional marcada pela segregação urbana efetivada através construção de cidade desigual, o acesso à bens e serviços essenciais (saneamento básico, energia elétrica, serviços de transportes e de saúde) se constitui enquanto dificuldade enfrentada por moradores suburbanos, periféricos e favelados.

Desde que passaram a existir, as cidades surgiram da concentração geográfica e social de um excedente de produção. A urbanização sempre foi, portanto, algum tipo de fenômeno de classe, uma vez que os excedentes são extraídos de algum lugar ou de alguém, enquanto o controle sobre o uso desse lucro acumulado costuma permanecer nas mãos de poucos. (HARVEY, 2014, p.30)



Ainda que o direito à moradia se constitua enquanto direito humano universal “Toda pessoa tem direito a um padrão de vida capaz de assegurar a si e a sua família saúde e bem e bem-estar, inclusive alimentação, vestuário, habitação, cuidados médicos e os serviços sociais indispensáveis” (Declaração Universal dos direitos humanos, 1948), direito reforçado pela Constituição Federal de 1988, através da Emenda Constitucional nº26 em 2000 “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados”. Em 2001, regulamentando os artigos 182 e 183 da CF88, foi instituído o Estatuto da Cidade que torna obrigatória a gestão urbana e democrática, normatizando diversos instrumentos de política urbana.

Apesar dos marcos legais, de acordo com relatório realizado pelo Programa das Nações Unidas para assentamentos humanos, o Brasil possui cerca de 33 milhões de pessoas sem moradia, desse número, cerca de 24 milhões não possuem habitação adequada ou não tem onde morar, sendo estes residentes nos grandes centros urbanos. Além disso, de acordo com o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios, do IBGE, a população favelada no Brasil aumentou 42% nos últimos 15 anos e alcança quase 11 milhões de pessoas. Importante destacar que, com a desatualização dos dados e a não realização do censo que estava previsto para o último ano, os números atualmente podem ser ainda maiores.

Neste cenário de cidades capitalista e no contexto de aprofundamento de políticas ideologicamente neoliberais, as cidades são estruturadas e permeadas pela lógica do capital, mediante a isso, há uma estreita relação entre o acesso à habitação e o nível de renda da população, tornando-se evidente que os problemas habitacionais vivenciados no Brasil rebatem diretamente na classe trabalhadora mais pauperizada.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
MESTRADO E DOUTORADO

APOIO





2.1 A construção da favela de Rio das Pedras e a insuficiência das políticas sociais

Rio das Pedras é uma favela localizada na Zona Oeste da cidade do Rio de Janeiro. Teve sua ocupação iniciada no final dos anos 1960, majoritariamente em decorrência da migração de nordestinos em busca de melhores condições de vida. Neste período, a cidade vivenciava seu crescimento urbano, necessitando de mão de obra para o seu desenvolvimento, nesse contexto, a construção do bairro da Barra da Tijuca, também iniciada em finais da década de 1960, localizada em região próxima a favela, se constitui como fatos que estimularam sua construção.

Segundo Burgos (2002), a consolidação do núcleo original de Rio das Pedras se deu quando os moradores conseguiram junto ao governador da Guanabara, na época, Negrão de Lima, a desapropriação do terreno, o que contribuiria para o fim da insegurança decorrente de ameaças de expulsão por parte do proprietário da área. Entretanto, em contrapartida, como parte do acordo, o poder público exigia que os moradores respeitassem os limites da área demarcada, que começou a ser ultrapassado durante os anos 1970.

A ampliação da favela na década de 1980 se deu sobretudo em decorrência da crescente demanda interna por casas, decorrentes da chegada de familiares dos moradores de outros estados, desenvolvendo-se um contínuo fluxo migratório na favela. Segundo relato de moradores da favela, a ocupação dos primeiros moradores se deu na forma de invasão, à medida que se dava a ocupação os novos moradores iam aterrando e construindo suas próprias casas, além disso, com o passar do tempo foram loteando os terrenos e vendendo a um valor acessível.

A história da construção desses territórios está intimamente relacionada com as estratégias familiares dos imigrantes visando reduzir os riscos inerentes à vinda para a cidade grande, desconhecida e ameaçadora. (BURGOS, 2002, p.56)

A construção deste território se constitui em uma região pantanosa, também conhecida como brejo, um solo instável, que exige obras bastante aterradas, drenadas e com alicerces profundos, fato que dificulta a construção de casas pelo risco presente



no terreno, entretanto, este não se constituiu como um impedimento para o crescimento habitacional que se desenvolveu de forma desenfreada ao longo das décadas, além disso, as poucas intervenções estatais não foram suficientes para impedir sua expansão. Ainda, diferente de outros territórios de favelas e subúrbios, as construções habitacionais de Rio das Pedras se constituem verticalmente, sendo possível identificar prédios de quatro e cinco andares.

Atualmente, se constitui como uma favela densamente povoada, ainda constituída majoritariamente por migrantes nordestinos e seus descendentes. Segundo dados oficiais do censo de 2010 do IBGE, sendo o dado oficial mais recente, Rio das Pedras possui cerca de 63.484 habitantes, em busca de dados mais atualizados, de acordo com associação de moradores³, existem cerca de 170.000 moradores.

Possui uma economia local próspera, formada por grandes e pequenos comércios. Alguns desses comerciantes são moradores, trabalhando nos comércios locais, fazendo o dinheiro circular dentro da própria favela. Desde a década de 1980 é controlada por grupos de paramilitares, conhecido como milícias, que na insuficiência do Estado se fortaleceram na oferta de “segurança” contra as investidas de grupos rivais de traficantes de droga. É consenso entre pesquisadores que a milícia se faz presente em Rio das Pedras há décadas, sendo uma das primeiras favelas a contar com a presença desse grupo, fato que justifica ser tida comumente enquanto o berço das milícias do Rio.

De acordo com o sociólogo José Claudino de Souza Alves, professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, em matéria concedida à BBC em 2019, sobre a oferta de serviços das milícias apresenta sua análise “atualmente as milícias estão envolvidas na oferta de uma variedade de serviços, como venda de água, gás e cesta de alimentos, transporte clandestino, TV a cabo e internet piratas, roubo e refino de petróleo cru para fabricação de combustível, coleta de lixo e também na

³ Informação colhida pela Associação de Moradores e Amigos de Rio das Pedras (AMARP) em maio de 2021.



apropriação de terras públicas e privadas abandonadas ou sem uso, que são loteadas e vendidas ilegalmente”⁴.

Apesar de ser considerada a originária, de acordo com o “Mapa dos grupos armados do Rio de Janeiro”, realizado a partir de dados do Dique-Denúncia, em 2019, 2,1 milhões de cariocas (33% da população) vivem em áreas sob o comando de milicianos de diferentes quadrilhas, estando presentes em um quarto dos bairros da capital, somados ocupam 57,5% do território do município⁵.

Atualmente, com mais de cinquenta anos de sua ocupação, Rio das Pedras se constitui como uma favela consolidada, possuindo alto nível populacional, com dimensões territoriais de bairros, estando entre as maiores favelas do município do Rio de Janeiro, apesar disso, histórica e cotidianamente, se depara com questões e dificuldades que limitam a vivência da população do território: dificuldade no acesso aos serviços públicos e precariedade de oferta, direitos sociais e urbanos; falta de saneamento básico, moradias e construções inadequadas etc.

Segundo Gonçalves (2012) nas favelas cariocas se desenvolveram políticas de “congelamento urbanístico”, onde a não implementação de melhorias nos territórios e a proibição da realização destes, mantendo aspecto precário e provisório, se torna um facilitador para a implementação de políticas de remoções, que até hoje são implementadas.

Nesse sentido, ao longo das décadas, as políticas de “congelamento urbanístico” se fazem presentes nas favelas, em Rio das Pedras as intervenções estatais não acompanharam seu desenvolvimento e crescimento populacional, a partir disso, como forma de sobrevivência a precariedade na prestação de serviços públicos, fez com que moradores tomasse iniciativas informais para se adquirir o acesso a serviços que não lhes era devidamente prestado, luz, água, saneamento etc.

Os recursos disponíveis na cidade não são distribuídos de forma equitativa. Os serviços coletivos, tais como água, eletricidade e transportes são cada vez mais entendidos como produtos de mercado e não como direito de todos. A instalação e distribuição de tais recursos são elementos intrínsecos à própria urbanidade e necessários para a reprodução social dos seus habitantes. (GONÇALVES, 2021, P.270)

⁴ Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-46995906> Acesso: 14 de Junho de 2021

⁵ Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-10-19/milicias-ja-dominam-um-quarto-dos-bairros-do-rio-de-janeiro-com-quase-60-do-territorio-da-cidade.html> Acesso: 14 de Junho de 2021



GONÇALVES (2021) aponta que a informalidade permitiu o acesso à cidade a um grande contingente populacional que não conseguiria usufruir de uma moradia através do mercado imobiliário formal ou das políticas públicas de habitação social, que historicamente priorizam a produção de habitações populares em áreas distantes e isoladas e não em bairros centrais ou mais próximo dos centros urbanos, onde há maior oferta de recursos urbanos e emprego.

Das intervenções estatais mais significativas na área da habitação, entre os anos de 1998 e 2002, a favela foi objeto do Programa Favela Bairro, este, que possuía como objetivo de “construir ou completar a estrutura principal (saneamento e democratização de acessos) das favelas consolidadas e oferecer condições sociais e ambientais de transformação e integração da favela como bairro da cidade”.

O objetivo geral do Favela Bairro é gerar a transformação das áreas faveladas em bairros populares, promovendo a sua inserção urbanística na “cidade formal”, a sua concepção privilegiou, em primeiro momento, os aspectos físico urbanísticos, concentrando-se as intervenções no ordenamento e na qualificação dos espaços públicos na provisão de serviços de infraestrutura e equipamentos comunitários. (IBAM, 2002, p.140)

Apesar das significativas melhorias provocadas pelo programa, como por exemplo, a pavimentação de ruas e avenidas, aberturas de vias, construção de equipamentos públicos e áreas de lazer, o projeto não se efetivou totalmente como proposto.

Além do Programa Favela Bairro, não houveram intervenções estatais significativas na área da habitação, nesse cenário a atuação do Estado é realizada de forma pontual e focalizada em reparos. No ano de 2017, o prefeito à época Marcelo Crivella propôs um projeto habitacional que objetiva a verticalização de Rio das Pedras através da construção de apartamentos, empreendimentos comerciais em condomínios de prédios de até 12 andares⁶.

O projeto era considerado grandioso pelo prefeito, seria desenvolvido através de parceria público-privada, e os imóveis seriam vendidos por meio do programa habitacional Minha Casa, Minha Vida, mediante financiamento da Caixa Econômica

⁶ Disponível em: <https://g1.globo.com/rio-de-janeiro/noticia/crivella-quer-verticalizar-rio-das-pedras-com-projeto-que-pode-custar-r-2-bilhoes.ghtml> Acesso: 14 de Junho de 2021.



Federal. Para a realização das obras, os moradores seriam realocados em outros espaços não mencionados da cidade.

Mediante mobilização popular e articulação com movimentos sociais de favelas, órgãos e entidades públicas, o projeto foi rejeitado pela população local, visto que mascarava a remoção de grande extensão da favela, processo historicamente conhecido por favelados. Além disso, o projeto apresentado possuía forte vinculação com o mercado imobiliário e de acordo com moradores do território, não se enquadrava com os padrões socioeconômicos da população.

Apesar de o território ser designado enquanto Área de Especial Interesse Social (AEIS), definida pelas Leis Municipais 2616/1988 e 2818/1999 que teoricamente garantem o valor parcial da terra como assentamento habitacional, predominante para famílias de baixa renda, Rio das Pedras está localizado próximo a grandes centros, de grande especulação imobiliária. Neste contexto, a defesa do direito à cidade por parte dos moradores em face da especulação imobiliária se constitui enquanto bandeira de luta e resistência.

O direito à cidade é, portanto, muito mais do que um direito de acesso individual ou grupal aos recursos que a cidade incorpora: é um direito de mudar e reinventar a cidade mais de acordo com nossos mais profundos desejos. Além disso, é um direito mais coletivo do que individual, uma vez que reinventar a cidade depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo sobre os processos de urbanização. (HARVEY, 2014, p.28)

A bandeira de luta levantada pela população se constitui na realização de melhorias sob o que já existe; saneamento básico adequado, infraestrutura, canalização de rio, asfaltamento de ruas e não de políticas pautadas em remoção. O projeto foi engavetado pela prefeitura, em contrapartida, a ocasião contribuiu para a mobilização popular que a partir disso, através de organização comunitária passaram a desenvolver atividades e mutirões através de pequenas iniciativas que possibilitassem a melhoria do território. Podemos entender que este se constitui um exemplo evidente de transferência de responsabilidades do Estado para a sociedade, prática constantemente presente em políticas neoliberais.

Decorrente de longos anos de vácuos de intervenções estatais, os noticiários da cidade evidenciam problemáticas enfrentadas pelos moradores de Rio das Pedras



ao das últimas décadas. Em dias de chuva, são noticiados enchentes e alagamentos⁷ que refletem a falta de saneamento básico adequado e mais recentemente, o desabamento de um prédio⁸ em Junho de 2021, revela uma tragédia anunciada há anos, consequência da construção desigual da cidade e da escassez de políticas sociais de habitação que se transcrevem em intervenções estatais majoritariamente focalizadas, concomitante, o poder paralelo, na figura das milícias, encontra no mercado imobiliário deste território uma fonte rentável de lucro.

Não distante, com a chegada da pandemia da covid-19, que assola o Brasil e o mundo, mediante a histórica dificuldade de acesso a serviços e em um cenário de extrema recessão política, econômica e de agudização das expressões da Questão Social, tem se identificado no território das favelas o fortalecimento de redes de solidariedade e mobilização entre moradores; na distribuição de alimentos, materiais de higiene, iniciativas de comunicação etc, fatos que evidenciam a desresponsabilização do Estado e responsabilização da sociedade, em especial da classe trabalhadora mais pauperizada, que cotidianamente é exposta não podendo se resguardar as medidas preventivas conforme preconizadas e inclusive ligadas a suas condições de moradia.

3 CONCLUSÃO

Entender como se constitui a formação das cidades, o processo de urbanização, em especial no contexto do capitalismo, nos possibilita uma análise de totalidade sobre as diversas expressões da Questão Social presentes neste espaço ao longo do processo de aprofundamento da acumulação capitalista no Brasil, visto que, as cidades se constituem como o espaço em que se evidenciam as mais diversas expressões deste sistema.

⁷ Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2021/05/6156965-apos-forte-chuva-rio-registra-alagamentos-na-zona-oeste-e-volta-a-estagio-de-mobilizacao.html> Acesso: 14 de Junho de 2021

⁸ Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2021/06/04/dono-de-predio-que-desabou-em-rio-das-pedras-no-rio-admite-a-policia-que-obra-de-construcao-era-irregular.ghtml> Acesso: 14 de Junho de 2021



Vimos que o surgimento das favelas reflete a construção desigual das cidades, permeadas pela lógica capitalista. O acesso a moradia historicamente é associado ao nível de renda populacional, a partir disso, o processo de urbanização reitera a segregação social e reforça a divisão entre classes, fenômeno intrínseco a contradição entre capital e trabalho.

Neste sentido, pensar sobre o processo histórico que permeia a construção da favela de Rio das Pedras, que se depara ao longo dos anos com as consequências de um processo de urbanização acelerado iniciado na década de 1960 e não acompanhado por intervenções estatais por meio de políticas sociais contínuas.

No contexto de intensificação de políticas ideologicamente neoliberais, a sociedade brasileira se depara com políticas sociais cada vez mais pontuais e focalizadas, entretanto, a população que vive em territórios de favelas vivencia intervenções estatais características desde que passaram a ocupar este espaço. Neste sentido, para estes, as políticas sociais se materializam historicamente de forma ainda mais restrita.

Ainda que para os capitalistas a questão habitacional se constitua enquanto fonte de mais-valia, para a classe trabalhadora, que majoritariamente vive sua vida nos territórios das favelas e subúrbios, está se constitui enquanto forma de sobrevivência.

A chegada da pandemia da covid-19 no Brasil, evidenciou o contexto de extrema desigualdade social presente no país, onde a preconização de medidas preventivas que desconsideram as condições habitacionais, sanitárias e trabalhistas de grande parcela da população, está que, historicamente encontra dificuldade de acesso a moradia digna e a e serviços essenciais e básicos para a sua sobrevivência, nesse sentido, se tornam medidas pouco eficazes de combate ao vírus e sua transmissão.

A partir do que foi apresentado, se constitui como primordial a cobrança pela atuação do Estado na construção e efetivação de políticas sociais contínuas que



considerem as várias dimensões de desigualdades sociais presentes no espaço urbanos e a defesa de moradia digna conforme preconizado enquanto direito legal.

REFERÊNCIAS

BARROS, Ilena Felipe, GUIMARÃES, Maria Clariça Ribeiro. Questão agrária e urbana no Brasil contemporâneo. In. Formação Social e serviço social: a realidade brasileira em debate. Orgs. Evelyne Medeiros, Leonardo Nogueira, Lucas Bezerra – 1ª ed – São Paulo: Outras expressões, 2019.

BEHRING, Elaine Rosseti. Política Social no contexto da crise capitalista. In: CFESS/ABEPSS (org) Serviço Social: direitos sociais e competências profissionais. Brasília-DF: CFESS/ABEPSS, 2009.

BURGOS, Marcelo Baumann. A utopia da comunidade: rio das pedras, uma favela carioca. 2 ed. Rio de Janeiro: PUC-Rio: Loyola, 2002. 250 p. 10 *Linha 3: Questões Socioambientais, Urbanas e Formas de Resistência Social*

CFESS, Conselho Federal de Serviço Social. Atuação de assistentes sociais na Política Urbana: subsídios para reflexão. Brasília, DF. 2016

COLEÇÃO ESTUDOS CARIOCAS. Favelas na cidade do rio de janeiro: o quadro populacional com base no censo 2010. Disponível em: <http://portalgeo.rio.rj.gov.br/estudoscariocas/download%5c390_favelasnacidadedoriodejaneiro_censo_2010.pdf>. Acesso em: 14 de junho de 2021 .

GONÇALVES, Rafael Soares; BAUTÈS, Nicolas; MANEIRO, Maria. A informalidade urbana em questão. O Social em Questão - Ano XXI - nº 42 - Set a Dez/2018

GONÇALVES, Rafael Soares. Aspectos materiais da informalidade como recurso urbano: o caso das favelas do Rio de Janeiro Caderno de Geografia, v.31, n.64, 2021.

HARVEY, David. Cidades rebeldes: do direito à cidade à revolução urbana; tradução Jeferson Camargo. - São Paulo: Martins Fontes - selo Martins, 2014.

LEFEBVRE, Henri. Espaço e Política. Belo Horizonte: Editora UFMG. 2008.

PEREIRA, Yanka Martins; GONÇALVES, Rafael Soares, Rio das Pedras: O acesso à energia ontem e hoje. XXV Seminário de Iniciação Científica e Tecnológica da PUC-Rio, Puc-Rio, 2017.

PINTO, Marina Barbosa. Questão habitacional como expressão da questão social na sociedade brasileira. Libertas, Juiz de Fora, v.4 e 5, n. especial, p.92 - 117, jan-dez / 2004, jan-dez / 2005– ISSN 1980-8518.

PROMOTORES



PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO
EM POLÍTICAS PÚBLICAS
INTEGRADO E DOUTORADO

APOIO

